

EUROPA,
ATLÂNTICO
E O MUNDO
MOBILIDADES, CRISES,
DINÂMICAS CULTURAIS

PENSAR COM

MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

EUROPE, THE ATLANTIC AND THE WORLD
MOBILITY, CRISES, CULTURAL DYNAMICS

THINKING WITH MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO

COORDENAÇÃO

ISABEL MARIA FREITAS VALENTE

Imprensa da Universidade de Coimbra
Coimbra University Press
2017

DO IBERISMO AO HISPANO-AMERICANISMO*

Sérgio Campos Matos

Professor Associado com Agregação da FLUL

E-mail: sergiocamposmatos@gmail.com

Resumo

Numa perspetiva de história conceptual, pretende-se contribuir para a compreensão dos iberismos e das suas metamorfoses num quadro transnacional e transcultural marcado pelo processo de mundialização, de meados do século XIX aos anos 30 do século XX. Necessária é pois uma indagação sobre sucedâneos dos iberismos como o pan-hispanismo e o hispano-americanismo. O significado destas orientações foi muito variado, consoante as áreas culturais em que se afirmaram, as tendências doutrinárias e as relações com tradição e modernidade.

Palavras-chave: Iberismo; Pan-hispanismo; Hispano-americanismo; Ibero-americanismo

Abstract

Assuming the perspective of Conceptual History, we intend to further understand the Iberisms and their metamorphoses in a transnational and cross-cultural framework marked by the process of globalization,

* O autor deste estudo discorda em absoluto do AO 90. A sua aplicação neste texto resulta das normas editoriais do volume.

from mid-nineteen century to the third decade of the 20th century. We therefore need to investigate the successors of Iberisms, such as the pan-Hispanism and the Hispano-Americanism. The meaning attached to these positions has changed widely, depending on the cultural fields in which they took root, their doctrinal trends and their relationships with tradition and modernity.

Keywords: Iberism; Pan-hispanism; Hispano-americanism; Iberoamericanism

Impõe-se começar por assinalar o sentido pouco preciso e até equívoco do conceito de iberismo, já aliás notado por atentos observadores das sociedades oitocentistas: refiram-se, a este respeito, entre outros, Teófilo Braga, Oliveira Martins e Max Nordau. Este médico húngaro, muito em voga nos princípios do século XX, exprimiu-se acerca do iberismo de um modo bastante distanciado: “Es ese un ideal suficiente? Yo no estoy de ello seguro. El iberismo es talvez una concepción quimérica. En todo caso, es demasiado vago”¹. Foi até certo ponto um “conceito de expectativa” (R. Koselleck), uma expectativa otimista do futuro que remetia para um contrato com a Espanha. No entanto, em Portugal no século XIX, usos frequentes do termo acabaram por associá-lo a uma experiência histórica concreta – a união ibérica de 1580-1640 – numa estratégia de rejeição que o identificava com a perda da nação, perda da soberania e perda da liberdade. Essa foi decerto uma das razões porque na cultura histórica portuguesa do século XIX, dominada por um nacionalismo historicista, o iberismo acabaria por ficar conotado com um passado de decadência e morte ou com um futuro de incerteza – quando afinal a intenção dos iberistas era, muito pelo contrário, a de regenerar a nação

¹ NORDAU, Max – «Introducción». In, Marques de dos Fuentes, *El alma nacional*. Madrid, 1915, p.13. Uma versão mais extensa deste meu estudo foi publicada em RINA SIMÓN, César (Ed.) – *Procesos de nacionalización e identidades en la Península Ibérica*. Cáceres: UEX, 2017.

para superar o declínio dos países ibéricos em relação às grandes potências europeias da época.

O conceito de iberismo foi sendo aplicado a representações muito diversas, assumindo significados e conotações bem distintos consoante as conjunturas históricas², configurando iberismo unitário, iberismo federalista, ideia de integração económica – *zollverein* ibérico, no século XIX – iberismo cultural, civilizacional, projetos de aliança diplomática entre os dois estados peninsulares, etc. Inspirou políticos, eclesiásticos nos seus sermões (sim, houve sermões anti-ibéricos), jornalistas (periodistas), historiadores – Oliveira Martins –, ensaístas – caso de Miguel de Unamuno ou Eduardo Lourenço. Inspirou poetas e romancistas: lembre-se Eça de Queiroz em *A Capital!* (1877-84) e Joan Maragall no seu *Himne Ibèric* (1906). Inspirou cartógrafos. E comentadores de mapas.

Pouco mobilizadores em Portugal, os ideais iberistas incentivaram, no entanto, a comunicação política entre portugueses e espanhóis, pois alimentaram um vivo debate político transnacional (não exclusivamente peninsular) a partir de meados de Oitocentos³. Por outro lado, em lugar de conduzir à constituição de um grande estado peninsular (uma grande Rússia do ocidente, como sugeriu Latino Coelho em meados do século), poderão ter paradoxalmente resultado num incentivo no sentido da nacionalização do povo português através da escola, da imprensa periódica, do associativismo – lembre-se a ação da Comissão 1º de Dezembro –, do protagonismo das forças armadas ou do comemorativismo. Houve

² CATROGA, Fernando – «Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX». In *Cultura, História e Filosofia*. Lisboa. V. 4, 1985, pp. 419-463; MATOS, Sérgio Campos – «Conceitos de Iberismo em Portugal», Coimbra. In Separata da *Revista de História das Ideias*, V. 28, 2007, pp. 169-193. Sobre o iberismo os estudos disponíveis já são numerosos: além dos trabalhos pioneiros de Hipólito de La Torre Gomez, vejamos, entre outros, os estudos de José A. Rocamora, Maria da Conceição Meireles Pereira, Victor Martínez-Gil e, mais recentemente as teses de doutoramento de César Rina Simón (Universidade de Pamplona), Paulo Rodrigues Ferreira (Universidade de Lisboa) e Pablo Hernández Ramos (Universidad Complutense).

³ GIUSEPPE, Francesca de – *Italia e questione iberica (1821-1869)*. Tesi di dottorato. Napoli: Università degli Studi di Napoli Federico II, 2010.

mesmo quem afirmasse que os projetos de união ibérica oitocentistas redundaram num obstáculo e acentuaram as dificuldades nas relações entre as duas nações. Em Espanha o iberismo teve significados bem distintos: por um lado, constituiu uma ameaça para os apoiantes da monarquia borbónica de Isabel II. Por outro, um fator de mobilização, embora limitada, do nacionalismo espanhol sediado em Madrid. E, tal como em Portugal, terá abrangido tendências bem distintas: do unitarismo monárquico a múltiplas expressões do federalismo (republicanas, socialistas, anarquistas). E na Catalunha, segundo Victor Martínez-Gil, distinguiram-se três tipos de iberismo: o provincialista, o federalista e o unitarista. O iberismo catalanista – especialmente o de feição federalista – admitia três nações na península: Catalunha, Castela e Portugal⁴. Esta era a base do iberismo catalanista: três nações ou raças afins, que podiam constituir uma grande nação de nações. Implícita ou explicitamente, alimentava-se assim a ideia de construir um império liderado pela Catalunha. Prat de la Riba e Casas y Carbó são dois exemplos⁵. Percebe-se a complexidade da galáxia iberista: longe de exprimir-se num projeto político concreto, nela multiplicavam-se as sugestões políticas e culturais com intencionalidades e matizes muitíssimo variados. Nestas condições, como poderiam os iberismos ser mobilizadores da opinião pública num projeto comum?

Acresce que em Portugal, as palavras *Ibéria* e *iberismo* eram demasiado conotadas com a apologia de uma outra pátria, uma pátria maior que, alegavam os nacionalistas portugueses, absorveria e anularia Portugal – e conseqüentemente com um antipatriotismo então politicamente incorreto, como hoje se diria. Compreende-se pois que, num tempo de progressiva reconciliação entre a Espanha e os estados hispano-americanos, os apologistas de uma maior aproximação cultural e integração

⁴ MARTÍNEZ-GIL, Victor – *El naixement de l'iberisme catalanista*. Barcelona: Curial, 1997, p. 21 e p. 39.

⁵ UCELAY DA CAL, Henrique – *El imperialismo catalán*. Barcelona: Edhasa, 2003, pp. 246-250

económica das nações peninsulares viessem a adotar outros conceitos que substituíram aqueles com algum êxito, visando também as nações hispano-americanas: *civilização ibérica*, *hispanismo*, *pan-hispanismo*, *hispano-americanismo*. Neste campo, no meio cultural português, nomear o âmbito peninsular não era pacífico.

Nas últimas décadas do século XIX, realizaram-se diversos congressos hispano-americanos. No decurso da organização de um deles, o de Geografia Colonial e Mercantil, em 1885, houve uma pequena controvérsia: como nomeá-lo? A designação *ibero-americano* despertava desconfiança e resistência do lado da Sociedade de Geografia de Lisboa, imbuída que estava de uma cultura histórica de fundo nacionalista: despertava certamente a memória do “cativeiro” de 1580. O Congresso acabaria por nomear-se Congresso Geográfico Hispano-Português-Americano e só teria lugar em 1892. O mesmo sucederia em 1923, no parlamento, a propósito da designação de um outro congresso da imprensa dita *ibero-americana* em Lyon: o deputado nacionalista Francisco Ramos da Costa, dirigente da Comissão 1º de Dezembro, insurgia-se, indignado: assim se fazia desaparecer Portugal do mapa, dissolvendo-o na Ibéria⁶.

Pode, pois, registar-se este aparente paradoxo: sendo um objeto vago, mutante e fantasmático, os iberismos tiveram contudo uma repercussão na opinião pública e na comunicação política transnacional e interpeninsular absolutamente desproporcionada em relação à sua real influência social.

As relações Portugal-Espanha vistas a partir do tópico *fronteira*

Dos anos 50 do século XIX ao final do século, os principais fatores que motivaram a voga dos iberismos foram o interesse pelas culturas hispânicas, o seu exotismo, os processos de unificação da Itália e da Alemanha (que mostravam a viabilidade da constituição de grandes es-

⁶ Desenvolvo este tópico num estudo ainda inédito, *Iberismos e hispanismos – nação e transnação, Portugal e Espanha (c.1807-c.1931)*.

tados territoriais a partir da integração de pequenas unidades políticas), a construção das redes ferroviárias, o telégrafo elétrico, a afirmação de ideias internacionalistas liberais, democráticas (a primavera dos povos) – sem esquecer o ecumenismo cristão e os socialismos. Num país em que as elites viviam um sentimento de crise desde as invasões francesas, a perda do Brasil e a atribulada instauração do liberalismo, compreende-se que a ideia de uma integração peninsular (sob a forma unitária ou federal) pudesse surgir como uma solução para recuperar a grandeza e a dignidade perante as grandes potências.

A fronteira foi obstáculo ou região de intenso intercâmbio? Decerto as duas coisas. As dificuldades de comunicação terrestre Portugal/Espanha eram bem evidentes: muitos são os testemunhos acerca das más estradas que ligavam os dois países. A linha de caminho-de-ferro Madrid-Lisboa só foi inaugurada em 1866, por entre receios não disfarçados da assimilação de Portugal e da sua identidade nacional pela Espanha (Herculano). Certo é que a fronteira luso-espanhola foi uma construção política e simbólica⁷ e traço de separação – como mostram as metáforas que se lhe aplicaram em voga em meados do século. Três exemplos. Em 1860 o representante da Madrid em Lisboa, Pastor Díaz, responsabilizava a política espanhola de voltar as costas e esquecer Portugal de constituir um obstáculo à união peninsular:

“Hemos creado *el desierto* en una vasta zona entre los Portugueses y nosotros y donde no habia limites naturales, ni otros aledaños que rayas imaginarias y deplorables ficciones, hemos levantado un valladar mas dificil de trespassar y *poco menos extenso que la gran muralla de la China*” [sublinhado meu].⁸

E acrescentava, em termos muito críticos, que ao bloquearem Portugal por terra, sem poderem fazê-lo na fronteira marítima, os espanhóis tinham transformado a nação vizinha “en isla adjacente de la Inglaterra”

⁷ RINA SIMÓN, César – *Iberismos: proyecciones, anhelos y expectativas peninsulares 1848-1898*. Tesis doctoral. Pamplona: Universidad de Navarra, 2015, p. 595.

⁸ Archivo Historico Nacional [AHN], Legajo H-1692, despacho reservado n.º 80, 30-04-1860.

(note-se aliás, que a recorrente imagem da ilha seria adotada em relação à própria Espanha por Ganivet, no final do século).

Dez anos depois, um outro diplomata espanhol, Calvo Asensio, insistiria na metáfora da “*impenetrável* muralha da China” entre os dois países⁹. E aquando da Revolução Gloriosa de 1868, o poeta português Antero de Quental preferiu uma metáfora líquida para marcar a distância entre as duas nações: Portugal como “a fronteira, que deles [os povos espanhóis] o separa um *insondável oceano*”¹⁰.

Mas seria esta fronteira um tão extenso, profundo ou elevado obstáculo, consoante o transporte de sentido que envolvem as metáforas da época? Creio que não. Era uma fronteira simbólica, mas também muito permeável: refira-se o contrabando, os fenómenos de emigração – em princípios do século XX haveria em Portugal uns 40.000 espanhóis – e os tão frequentes exílios. As fontes literárias revelam aliás uma realidade que não coincide com as metáforas acima referidas. Lembre-se *A Capital!*, um dos romances póstumos de Eça de Queiroz, não raro esquecido, a este respeito particularmente significativo.

A Geração de 70 e a Espanha

Em *A Capital!*, de Eça de Queiroz¹¹, talvez não se tenha reparado que a problemática da relação entre portugueses e espanhóis é central. A complexa relação passional entre Artur Corvelo, a personagem principal, e Concha (uma andaluza fogosa) e por outro lado, o fascínio que sobre Artur exercem os republicanos espanhóis exilados em Lisboa – entre eles um outro amante de Concha, D. Manuel Manrique Rojas y Cuevas – constituem como que uma parábola que nos remete inevitavelmente

⁹ CALVO ASENSIO, Gonzalo – *Lisboa em 1870*. [1ª ed. 1870]. Lisboa: Frenesi, 2009, p.104.

¹⁰ QUENTAL, Antero de – «Portugal perante a Revolução de Espanha». In *Prosas sócio-políticas* (pub. e apres. por Joel Serrão). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d., p. 228.

¹¹ QUEIROZ, Eça de – *A Capital!* (introd. de Luis Fagundes Duarte). Lisboa: Editorial Presença, 2007.

para o iberismo e para a relação Portugal/Espanha no século XIX, uma questão também presente noutras obras de Eça. Tal como as relações Portugal e Espanha, as relações entre Artur e Concha e, por outro lado, entre Artur e D. Manuel Manrique são marcadas por aproximação e distância, atração e repulsa, imensa expectativa e desilusão por parte de Artur. Todas elas são relações idealizadas, volúveis, emocionais, epidérmicas. Também o jornalista Melchior, um anti-iberista exaltado, exprime esse duplo movimento: do anti-espanholismo mais primário à expressão conjuntural de uma adesão emocional ao republicanismo.

Eça de Queiroz sempre resistiu às tentações iberistas e submeteu-as a uma impiedosa ironia, sem deixar de exprimir profunda admiração pela cultura hispânica. Esta atitude é já bem patente em textos de juventude. É certo que num deles¹², inscrevia-se a si próprio num *nós outros os peninsulares* para evocar um passado em que os povos da Península Ibérica, cheios de qualidades e de dinamismo nas viagens marítimas, dotados de uma literatura original, eram objeto de admiração. Mas se tomava os peninsulares com um todo, inserindo-os no Sul católico por contraste com o Norte da Europa protestante, Eça também distinguia o carácter português do carácter espanhol, dotando o primeiro de maior serenidade e aproximando-o do italiano.

Em 1867, nas páginas de um periódico local de que era redator – *O Distrito de Évora* –, criticando a orientação de Casal Ribeiro (então ministro dos Negócios Estrangeiros) no sentido de uma aproximação diplomática com a Espanha, *recusava quaisquer razões étnicas, históricas ou culturais que justificassem a união ibérica* ou mesmo uma política externa de aliança com este país – como pretendia o ministro. E representava as relações entre os dois países metaforicamente para marcar a resistência às propostas iberistas: “Sobre a Espanha sabem o meu pensamento (...): detesto os encontros e abraços da panela de ferro

¹² *Idem* – «Ao acaso». In *Prosas Bárbaras*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d. (originalmente 1866).

com a panela de barro”¹³. Não se esqueça, todavia, a sua admiração pelo povo espanhol, pela sua bravura de valentes marinheiros¹⁴.

O caso de Antero de Quental é bem diverso. De um vago ideal federalista, o poeta viveria um processo de desilusão em relação a esse ideal de juventude ainda bem patente na sua célebre conferência pronunciada em 1871 no Casino de Lisboa: as *Causas da decadência dos povos peninsulares* (1871). Mas já antes, em finais de 1868, o seu conhecido opúsculo “Portugal perante a Revolução de Espanha” exprime uma sentida expectativa numa Espanha democrática e republicana não jacobina (pois a seu ver a unidade de um despotismo inspirado em Rousseau matava a liberdade). Com os olhos postos na Suíça e nos EUA, e muito marcado pelo pensamento de Proudhon, Antero mostrava-se então adepto de uma república federativa e descentralizadora, convicto que estava de que as tiranias davam necessariamente origem à anarquia social. E via Portugal em termos organicistas como “membro amputado desnecessariamente, ainda que sem violência, do grande corpo da Península Ibérica”¹⁵.

A nacionalidade constituía um obstáculo à realização de um futuro de convergência dos povos peninsulares numa “democracia ibérica”, uma herança do passado. No seu ponto de vista iberista, o patriotismo não coincidia com a nacionalidade. E porquê? É que Antero, tal como o seu amigo Oliveira Martins – e mais tarde Ernest Renan –, alimentava um conceito contratualista e voluntarista de pátria-consciência que nada tinha a ver com a dimensão material da nacionalidade. Neste aspeto, como noutros, divergia de Teófilo Braga. A sua provocação final – “o único ato possível e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em renegar a

¹³ *Idem – Páginas de Jornalismo*. V. 1. Porto: Lello, 1981 [21-02-1867], p.189.

¹⁴ Carta a José Maria de Lisboa 2-05-1898, *Correspondência* (org. e notas de A.Campos Matos), V. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 2008, p.397.

¹⁵ QUENTAL, Antero de – «Portugal perante a Revolução de Espanha». *Prosas socio-políticas*, p. 228.

nacionalidade”¹⁶ – inscrevia-se nesta conceção (a asserção valer-lhe-ia aliás uma crítica contundente do próprio Teófilo)¹⁷.

Importa notar que o seu célebre ensaio *Causas da decadência dos povos peninsulares* constituiu a primeira interpretação transnacional do passado das nações ibéricas. Prolongando a teoria da decadência que vinha do primeiro liberalismo, nele domina uma intenção de rutura com o passado dos três séculos dominados pelo absolutismo, pelo catolicismo tridentino e pelos efeitos dissolventes da expansão ultramarina. Compreende-se assim que o passado fosse visto como um obstáculo principal ao progresso e ao caminho para a modernidade: “Há em todos nós, *por mais modernos que queiramos ser*, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! *Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado* [sublinhado meu]¹⁸.

Ou seja a modernidade convivia com a tradição, o presente estava preso a um espectro que teimava em não passar no mais íntimo dos humanos. E se é certo que cortar com o passado envolvia a noção de que a história não se repete e de que é impossível imitá-la, também nas próprias palavras de Antero, incluía o respeito pelos antepassados. Antero falava em nome de um *nós* peninsulares que, evidentemente, transportava consigo um diagnóstico comum dos males do passado e o prognóstico para um futuro comum. Se os problemas portugueses e espanhóis eram os mesmos, as soluções deveriam também convergir. Mas essas soluções esgotavam-se no plano de princípios abstratos como “alma nova”, “federação republicana de todos os grupos autonómicos”, ou “trabalho livre”. O seu objetivo não era de resto o de apresentar qualquer plano de reformas para a sociedade portuguesa, antes de traçar um quadro de problemas.

¹⁶ *Idem, ibidem*, p.241.

¹⁷ BRAGA, Teófilo – *História das ideias republicanas em Portugal*. Lisboa: Vega, 1983 (1880), pp. 82-86.

¹⁸ QUENTAL, Antero de – «Causas da decadência dos povos peninsulares». In *Prosas socio-políticas*. p. 282. Sublinhado meu.

Já distanciado da lógica dicotómica de Antero, Oliveira Martins foi autor de uma pioneira história integrada das nações peninsulares (1879) com larga aceitação na elite intelectual espanhola. Oliveira Martins caracterizava o génio peninsular invocando o entusiasmo religioso (que o historiador americano William Prescott assinalara) e o misticismo associados ao heroísmo no seu melhor – traços, todos eles, de uma identidade que, na sua perspetiva essencialista, permanece na história: o génio peninsular. Mas são esses mesmos traços identitários que, no entender do historiador português motivaram a introdução da Inquisição e da Companhia de Jesus no século XVI e conduziram à “purificação da fé” (tópico que será mais tarde adotado pelo ensaísta António Sérgio). Esse mesmo carácter nacional explicaria a grandeza e a ruína da Espanha. Nesta ideia dialética, a decadência era indissociável da grandeza anterior, encontrava-se nela inscrita. Oliveira Martins distanciava-se a este respeito claramente dos historiadores liberais (e até do seu amigo Antero de Quental) que, numa lógica causalista, estavam sobretudo empenhados em identificar os responsáveis do declínio, entre eles, a Inquisição e a Companhia de Jesus, consideradas instituições estrangeiras, exteriores à nação.

Iberismo político? A fórmula não é adequada: Oliveira Martins estava bem consciente que o iberismo unitarista, tal como havia sido formulado pelo catalão Sinibaldo de Mas ou pelo português Adriano da Costa no decénio de 1850, constituía um produto da ideia liberal e utilitarista, voltada para o progresso material e a construção da moderna rede de transportes e comunicações. “Era um iberismo positivo, prático, regenerador”, dele dirá o historiador no seu *Portugal Contemporâneo* (1880)¹⁹. Por outro lado, via este iberismo associado ao humanitarismo social de um socialismo “não cesarista” e de um republicanismo federal e cosmopolita. Torna-se evidente que Oliveira Martins não subscrevia nem a posição dos iberistas unitaristas como Sinibaldo de Mas ou Latino Coelho

¹⁹ MARTINS, J. P. de Oliveira – *Portugal Contemporâneo*. V. 3. Lisboa: Guimarães, 1953. (1ª ed., 1881), p. 249.

(cujas opiniões considerava “vagas e nebulosas”) nem tão pouco o iberismo federalista que, a seu ver e, como já deixámos claro, comportava um risco maior de fragmentação e de anarquia social. Além disso, estava bem consciente de que o iberismo era instrumentalizado politicamente pelos conservadores (do Partido Regenerador, em Portugal), interessados que estavam em instigar a hispanofobia entre as camadas populares e de desqualificarem os seus adversários políticos progressistas ou republicanos associando-os à hispanofilia. Esta seria a sua tática política muito comum. Ora Oliveira Martins, ele próprio acusado de iberista em 1875, não estava, de todo em todo, interessado em alimentar o sentimento hispanofóbico entre o povo português, alimentado sobretudo desde o século XVII pelo sentimento independentista. Pelo contrário, valorizava aquilo que, do ponto de vista cultural e espiritual via de comum entre as nações hispânicas. E exprimia grande expectativa no seu futuro.²⁰

Este breve levantamento das posições de três autores maiores da Geração de 70 em relação à Espanha mostra bem a diversidade de atitudes a respeito da Espanha e a insuficiência dos conceitos de *geração* e de *escola* para esclarecer esta mesma diversidade.

Do iberismo ao pan-hispanismo e ao hispano-americanismo

Se a partir do fracasso da I República espanhola (1873-74) se verificou um refluxo das expectativas iberistas, nos finais do século há dois momentos em que se afirma um sentimento de solidariedade ibérica: o *Ultimatum* britânico de 1890 a Portugal e a Guerra Hispano-Americana de 1898.

O *Ultimatum* britânico de 11 de janeiro suscitou forte movimentação social e política nacionalista antibritânica entre diversas camadas da população portuguesa, com destaque para os grupos urbanos mais politizados, entre eles lojistas, artesãos e estudantes, simpatizantes do

²⁰ *Idem – Historia de la civilización ibérica* (introd. de S. Campos Matos). Pamplona: Urgoiti Ed., 2009. (1ª ed. portuguesa, 1879), p. 223.

republicanismo. Especialmente de um republicanismo radical, muito ligado à juventude das escolas superiores de Lisboa e Porto. Compreende-se que entre estes sectores ressurgisse com alguma pujança a vontade de encontrar uma alternativa à tradicional aliança inglesa, afirmando-se então a simpatia pela Espanha e o horizonte de uma federação ibérica (mas o iberismo em voga nos decénios de 1850 e 1860 estava desacreditado). Do lado de lá da fronteira, os republicanos espanhóis manifestavam efusivamente o seu apoio à causa portuguesa.

A guerra de 1898 suscitou profunda comoção na opinião pública em Portugal foi pois vivida como uma terrível ameaça sobre a sua independência e integridade do seu frágil império. Uma ameaça dos anglo-saxónicos? Sem dúvida. Mas sentia-se a ameaça também do outro lado da fronteira: na verdade, chegou a especular-se acerca da possibilidade de, após a sua derrota, a Espanha compensar *el desastre* e a consequente perda do seu império ultramarino com a ocupação de Portugal²¹. Ainda assim, o sentimento mais difundido terá sido o de comunhão e “identificação na desgraça” ante as agressões anglo-saxónicas²².

A Guerra Hispano-Americana terá contribuído para estreitar o sentimento de solidariedade interpeninsular entre a opinião pública portuguesa (mas porventura não entre a espanhola), ainda antagónica em relação ao domínio anglo-saxónico. Mas, por outro lado, ao contribuir para exacerbar de novo o sentimento de receio em relação à Espanha a guerra ajudou a debilitar o iberismo. Não constituiu, no entanto, um ponto de viragem significativo na atitude dos republicanos em relação ao iberismo. Na verdade, há muito que este se encontrava em refluxo e até mesmo os republicanos federalistas eram anti-iberistas.

²¹ Cit. MATOS, Sérgio Campos – «A guerra hispano-americana (1898): repercussões em Portugal». In *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*. V. 2. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2002, p.160.

²² DIEGO, Emilio de – «Portugal y el 98 español, a través de nuestra diplomacia en aquel país». In *António Pedro Vicente. Estudos em Homenagem*. Lisboa: Caleidoscópico, 2014, p.159.

No período que vai do final do século XIX à instauração da II República em Espanha (1931), tempo em que se acentua o processo de mundialização económica – comercial, industrial, tecnológica, e já também cultural – tempo de nacionalismos expansionistas ligados a grandes impérios – pangermanismo, pan-eslavismo, ideia da superioridade dos povos anglo-saxónicos – estava em voga o darwinismo social, também nas relações entre estados (lembre-se o célebre discurso de Salisbury sobre as *dying nations*, em 1898). Nessa época constituem-se grandes blocos de estados aliados, as alianças que conduziram à Grande Guerra de 1914-18 e que, em parte, se mantiveram depois.

O uso do conceito de iberismo (que continuou em Portugal a ser um anátema político) sofreu então a concorrência de vários outros que surgem ou ganham novos significados nessa época: *hispanismo*, *pan-hispanismo*, *hispanidade*, *hispano-americanismo*, *ibero-americanismo*, *latino-americanismo*. São conceitos que envolvem relações das nações peninsulares com outras nações e a consciência histórica destas comunidades nacionais – ou seja as atitudes em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Estas foram mudando de significado ao longo do tempo, até mesmo no tempo relativamente curto de cerca de quarenta anos que aqui tenho em conta. Mas envolvem também relações diversas entre as nações de expressão neolatina. Por exemplo, os conceitos de *América Latina* e de *Ibero-América* estiveram longe de ser consensuais²³ pois, alegadamente, apagavam o nome da Espanha.

Em Portugal – tal como em Espanha – não houve correspondência entre filiações políticas e atitudes em relação ao país vizinho. Por outras palavras, os iberismos não estão necessariamente correlacionados com determinada posição política assumida. Isto é, ao republicanismo democrático não corresponde inevitavelmente uma utopia iberista; pelo

²³ Para uma visão de conjunto, veja-se BEIRED, José Luis B. – «Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano». In *Varia Historia*. Belo Horizonte. V. 30, N.º 54, set/dez 2014, p. 631-654.

contrário foram até frequentes os casos de republicanos radicais anti-iberistas. E ao conservadorismo católico tradicionalista não corresponde um necessário anti-pan-hispanismo. Se encontramos intelectuais de cultura democrática e republicana a assumirem posições inequivocamente anti-iberistas – caso de António José de Almeida, na câmara dos deputados em 1906 – também encontramos adeptos do tradicionalismo a perfilharem ideias pan-hispanistas – António Sardinha e alguns dos seus amigos integralistas – rejeitando contudo a designação de iberismo. E intelectuais de mentalidade conservadora – caso de Júlio Dantas – defenderam uma estreita aproximação com a Espanha, não apenas no plano da política internacional mas no plano cultural e científico²⁴. A República das Letras e as afinidades culturais, artísticas e científicas transcendiam a linearidade das fidelidades políticas em relação à Espanha. Todavia, como também se poderia verificar, o ápodo de iberismo foi muito frequentemente atribuído por monárquicos conservadores a republicanos (durante a Monarquia Constitucional) ou, mais tarde, já durante a II República espanhola, acusações de iberismo soviético foram dirigidas a republicanos. E, em sentido inverso, tradicionalistas e até adeptos da Ditadura Militar foram acusados de subserviência em relação a interesses espanhóis.

Quando os conceitos de iberismo e união ibérica estavam desacreditados e conotados negativamente com traição, com um passado de usurpação, de decadência e cativo, compreende-se que também do lado português, nos decénios de 1910 e 1920, se tenham procurado alternativas aos conceitos de iberismo que dominavam no espaço público. Eram necessárias mudanças semânticas para designar o todo peninsular. Era tempo de “perigo espanhol” e de ameaças externas sobre a jovem República portuguesa – e não apenas por parte da Espanha de Afonso XIII, mas também do Império alemão sobre as colónias portuguesas em África. Porque não regressar ao apelativo geográfico, tão em voga aliás até ao século XVII – Hispânia – ou, em alternativa ao ainda mais neutro

²⁴ *Diário do Senado*, n.º 20, 02-09-1921, p.15.

substantivo Península? Ora foi essa precisamente a mudança operada por António Sardinha, a partir do seu exílio espanhol. Em alternativa ao iberismo (que reduzia à posição unitarista, assim esquecendo o federalismo), adotava os apelativos geográficos de *peninsularismo* e *hispanismo*. Este último não era pacífico. Mas Sardinha estava bem consciente da necessidade de ocupar este conceito:

“Não ignoro que uma das dificuldades levantadas à eficácia já bem palpável das minhas campanhas em prol da aliança hispano-portuguesa, gira em torno da designação ‘Hispanismo’ – necessária para que a ideia se concretize, tome corpo e rompa caminho. Só o desconhecimento do passado e das legítimas raízes de semelhante vocábulo desperta não sei que romanescos receios, que nada, nem hoje nem ontem, justifica”.²⁵

Os conceitos de *Hispanidade*, *Hispanismo* e *Pan-hispanismo* estavam longe de se esgotar num sentido tradicionalista, conservador e católico. Um exemplo disso é a revista modernista *Contemporânea*, em que conviveram cosmopolitismo e casticismo, futurismo e tradicionalismo e em que se afirma uma nova atitude de abertura cultural em relação à Espanha, com a colaboração de diversos intelectuais e poetas espanhóis e sul-americanos²⁶. Nela coexistem nacionalismo político e cultural com um arrojado vanguardismo modernista, enraizamento tradicionalista e atitude cosmopolita de incentivo ao estreitamento de trocas transculturais entre as nações peninsulares e nações hispano-americanas. Terá sido acusada de colaboracionismo com os interesses da nação vizinha.

Em Junho de 1922, na *Contemporânea*, a propósito da comemoração do dia da Raça (12 de outubro, descoberta da América), Sardinha refletia sobre o *pan-hispanismo*. Retomava este conceito usado pelo conde de la Mortera, uma síntese de lusitanismo e espanholismo, profundamente enraizado na “unidade moral duma civilização”. E quer em meios tradicionalistas quer em meios liberais, difundia-se uma atrativa ideia

²⁵ SARDINHA, António – *A aliança peninsular*. 3ª ed. Lisboa: s.n., 1972. (1ª ed. 1924), pp. LXXXIII-LXXXIV.

²⁶ Caso do Marquês de Lozoya, de Sebastianez del Rio (Marquês de Quintanar).

pan-hispanista, por vezes associada à *modernidade* e a uma estética modernista. O que diferenciava esta ideia?

O pan-hispanismo era portador de um passado comum que não obliterava a dualidade política na Península e seria obra do presente e do futuro. Mais do que isso, havia uma dimensão económica, de mercado, no hispanismo. Como dizia o engenheiro e arquiteto Juan de Cebrián a propósito da organização da Exposição Hispano-Americana de Sevilha, em 1926, “la vida moderna es esencialmente comercial”, donde, “hay que anunciar a España”²⁷. Daí que Cebrián fosse apologista dos apelativos *Hispânia* e *hispano*. Havia pois uma dimensão prospetiva neste pan-hispanismo (não raro esquecida) que levava Sardinha a falar de internacionalismo hispânico. Não surpreende aliás que também a revista *Contemporânea* associasse o hispanismo à promoção do comércio e da indústria e fizesse publicidade a muito variados produtos industriais ligados a modernas tecnologias e artes. Tradição e modernidade, passado e futuro enlaçavam-se de um modo nada linear.

Mas em nome da dimensão atlântica de Portugal, alguns intelectuais contrariavam a prioridade da aliança com a Espanha e, preferindo a aproximação com o Brasil, afirmavam o conceito de panlusitanismo – caso dos republicanos João de Barros e de Bettencourt Rodrigues. Em alternativa ao pan-hispanismo ou ao que por vezes se designava de pan-iberismo, tratava-se de acentuar a ideia de uma nacionalização dos povos de língua portuguesa agora num plano transnacional (o que pode parecer, mas não era contraditório) e reclamando-se de uma herança cultural portuguesa que se prolongara no Brasil.

Desde o século XIX, as palavras *Ibéria* e *Iberismo* tinham sido em Portugal tão frequentemente instrumentalizadas e conotadas politicamente – sobretudo identificadas com traição e inimigo da Pátria – que tinham perdido a sua eficácia. Era necessário adotar outras. Podemos então admitir o hispanismo e pan-hispanismo como sucedâneos do

²⁷ CEBRIÁN, Juan de – «La Exposición Hispano-Americana de Sevilla y el porvenir de la raza». In *Nuestra raza española (ni latina ni iberica)*. Madrid: Imprenta de E. Maestre, 1926, p. 12.

Iberismo? Creio que sim, sobretudo se pensarmos que as expressões de iberismo refluíram para o domínio cultural. Na verdade, hispanismo e hispanidade (esta mais conotada com o pensamento tradicionalista) teriam larga aceitação ao longo do século XX – em teorizações diversas e não sem ambiguidades. Tal como o hispano-americanismo estes conceitos apresentam-se numa irreduzível multiplicidade de significados que não é de fácil delimitação. Na própria época aqui em consideração, significativo é que alguns autores tenham dado conta do carácter aberto e equívoco desta terminologia. Fidelino de Figueiredo captou bem o carácter nebuloso do conceito de ibero-americanismo, um conceito geopolítico que abarcava também o Brasil e Portugal. Além de nele notar a par de uma liturgia externa, uma “finalidade ética”, ia a meu ver ao cerne da questão ao caracterizá-lo “... como movimento essencialmente sentimental” e “de conteúdo (...) ainda muito mal definido”²⁸. Quer isto dizer que Fidelino menosprezasse o ibero-americanismo? De modo algum. O ensaísta via neste movimento, isso sim, um dos vetores que Portugal deveria cultivar nas suas relações transnacionais, depois de ter participado nesse grande esforço coletivo e coligado que tinha sido a intervenção na I Guerra Mundial. Mas estava bem consciente de alguns entraves ao seu desenvolvimento: por um lado, o americanismo, por outro, o tradicionalismo dos países peninsulares.

Ao contrário do que poderia pensar-se, já nesta época (e portanto antes da sua longa estadia no Brasil e nos Estados Unidos), Fidelino de Figueiredo revelava-se um homem de cultura cosmopolita, um crítico da mentalidade provinciana, bem ciente das vantagens da globalização cultural e dos limites dos propósitos de nacionalização, então em voga. Compreende-se pois que visse no ibero-americanismo uma oportunidade de afirmação dos povos peninsulares no mundo. Prolongando a problemática de Oliveira Martins, Fidelino preocupava-se com o risco de isolamento de Portugal e mostrava-se adepto do restabelecimento

²⁸ FIGUEIREDO, Fidelino de – *Notas para um Idearium Português*. Lisboa: Sá da Costa, 1929, p. 90.

das conexões culturais com a Europa. Ao contrário do que poderia supor-se, não estava longe do espírito dos seareiros, que com ele todavia se haviam incompatibilizado (e dos quais ele se afastou).

Como foi observado mais recentemente, o hispano-americanismo apresenta-se “siempre mas cerca de la proteica viscosidad de una entidad mítica que de una categoría’ historicamente establecida”, acabando por funcionar como uma “utopia de substituição” para o insucesso das expectativas de futuro da Espanha noutros continentes (a Europa e a África)²⁹. O mesmo poderia dizer-se de *pan-hispanismo* e de *hispanidad*, embora alguns historiadores tenham tentado a distinção, nem sempre óbvia, entre pan-hispanismo e hispano-americanismo³⁰. E se é certo que estes movimentos não raro ignoraram a diversidade étnica e cultural americana, também contribuíram para estreitar as relações entre elites intelectuais e políticas peninsulares e americanas.

Consciente de ambiguidades deste género, Unamuno, o maior lusófilo espanhol do seu tempo, explicava em 1927 as razões porque adotava o conceito de *hispanidade*, para não esquecer os Portugueses e os Catalães:

*“Digo Hispanidad y no Españolidad para incluir todos los linajes, a todas las razas espirituales, a las que há hecho el alma terrena (...) y a la vez celeste de Hispânia, de Hesperia, de la Península del Sol Poniente, entre ellos a nuestros orientales hispânicos, a los levantinos, a los de la lengua catalana (...) [sublinhados meus].”*³¹ Unamuno fazia de *Hispanidad* uma categoria histórica que remetia para uma unidade espiritual, uma alma ligada a um território, atravessada pela contradição do seu

²⁹ RIVADULLA BARRIENTOS, Daniel – «El discurso dele hispano-americanismo español en el siglo XX: una utopia de substitucion». In *Congreso de Jovenes historiadores y geógrafos, Atas I*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1990, pp. 1010-1011.

³⁰ É o caso de Isidro SEPÚLVEDA, num bem documentado estudo, *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*. Madrid: Marcial Pons, 2005. Oliveira Martins pode exemplificar essa dificuldade: na complexidade do seu pensamento tanto poderá qualificar-se a sua posição de pan-hispanista como de hispano-americanista.

³¹ UNAMUNO, Miguel de – «Hispanidad» (1927). In *Escritos de Unamuno sobre Portugal* (ed. de Ángel Marcos de Dios). Paris: FCG, 1985, p.273.

destino histórico – pelo sentimento trágico da vida. *Hispanidad* que teria partido a devassar o oceano, em busca de si própria, encontrando “outro cuerpo que era alma, con la americanidad. Que busca también su próprio destino”³². Evidentemente o conceito de *Hispanidad* adotado pelo franquismo nada tinha a ver com o de Unamuno, antes acentuava a unidade católica e política no quadro da herança imperial.

As estadias prolongadas de diversos intelectuais portugueses em Espanha (Oliveira Martins, António Sardinha, Fidelino de Figueiredo) e de espanhóis em Portugal (Sixto Cámara, Fernándo de los Ríos, Unamuno, Ribera i Rovira), sem esquecer o papel de embaixadores (como Juan de Valera, Fernández de los Ríos, José Relvas ou Sánchez-Albornoz) muito contribuíram para estreitar os laços culturais entre as elites e para fomentar ideias iberistas e hispanistas. Sem esquecer os Congressos Científicos (caso do Luso-Espanhol realizado em 1921 no Porto), dos Jogos Florais Hispano-Portugueses realizados em Badajoz em 1924 (em que participou António Sardinha) ou da Exposição do Livro Português em Madrid (1928). No período de vigência da Ditadura Militar em Portugal e de Primo de Rivera em Espanha, nos anos de 1926 a 1930, com o recuo das intenções iberistas tornou-se viável um estreitar de laços entre os dois estados.³³ Poderia aliás rastrear-se essa atitude pragmática de aproximação peninsular sem nunca pôr em causa a dualidade política dos dois estados nas posições de Oliveira Martins, Ángel Ganivet e Ramiro de Maeztu.

Concluindo, deve considerar-se o iberismo no plural – *iberismos*: na verdade não se pode reduzir o iberismo à corrente progressista e republicana que dominou no século XIX. Houve um iberismo ligado ao tradicionalismo e houve um iberismo imperialista. *Hispanismo*, *hispanidade*, *hispano-americanismo*, *pan-hispanismo*, *latino-americanismo* são desig-

³² *Idem, ibidem*, pp. 275-276.

³³ Veja-se a este respeito TORRE GOMEZ, Hipólito de La – *Do perigo espanhol à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1985.

nações que, de um modo ou de outro envolvem iberismos – pelo menos iberismos culturais. E houve um pan-hispanismo moderno e cosmopolita, que reuniu atitudes aparentemente opostas – modernistas e tradicionalistas.

Referências bibliográficas

- BEIRED, José Luis B. – «Hispanismo e latinismo no debate intelectual ibero-americano». In *Varia Historia*. Belo Horizonte. V. 30, N.º 54, 2014. pp. 631-654.
- CATROGA, Fernando – «Nacionalismo e ecumenismo. A questão ibérica na segunda metade do século XIX». In *Cultura – História e Filosofia*. Lisboa. V. 4, 1985. pp. 419-463.
- FERREIRA, Paulo Rodrigues – *Iberismo, hispanismo e os seus contrários. Portugal e Espanha (1808-1931)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015.
- GIUSEPPE, Francesca de – *Italia e questione iberica (1821-1869)*. Tesi di dottorato. Napoli: Università degli Studi di Napoli Federico II, 2010.
- HERNÁNDEZ RAMOS, Pablo – *El iberismo en la prensa de Madrid, 1840-1874. Análisis cualitativo-discursivo del nacionalismo ibérico desde los textos periodísticos*. Madrid: Universidad Complutense, 2015.
- MARTÍNEZ-GIL, Victor – *El naixement de l'iberisme catalanista*. Barcelona: Curial, 1997.
- MATOS, Sérgio Campos – «Conceitos de Iberismo em Portugal». In *Separata da Revista de História das Ideias*. Coimbra. V. 28, 2007. pp. 169-193.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles – *«A questão ibérica: imprensa e opinião (1850-1870)»*. Porto: Universidade do Porto, 1995.
- RINA SIMÓN, César – *Iberismos: proyecciones, anhelos y expectativas peninsulares 1848-1898*. Tesis doctoral. Pamplona: Universidad de Navarra, 2015.
- RIVADULLA BARRIENTOS, Daniel – «El discurso dele hispano-americanismo español en el siglo XX: una utopia de substitucion». In *Congreso de Jovenes historiadores y geografos, Atas I*. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1990.
- ROCAMORA, José Antonio – *El nacionalismo ibérico 1792-1936*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1994.
- SEPÚLVEDA, Isidro – *El Sueño de la madre pátria: hispanoamericanismo y nacionalismo*. Madrid: Marcial Pons, 2005.
- TORRE GOMEZ, Hipólito de La – *Do perigo espanhol à amizade peninsular. Portugal-Espanha (1919-1930)*. Lisboa: Ed.Estampa, 1985.
- UCELAY DA CAL, Henrique – *El imperialismo catalán*. Barcelona: Edhasa, 2003.

Página deixada propositadamente em branco